

## Legislação Aplicável – Licenciamento Ambiental

### **Normas sobre Procedimentos Administrativos**

#### Federal:

- LEI FEDERAL nº 6.938/81, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 1/86, dispões sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/97, dispõe sobre os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental e no exercício da competência, bem como as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.
- LEI COMPLEMENTAR nº 140/11, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938/81.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA nº 6/13, artigo 46, as pessoas inscritas no CTF/APP deverão realizar o recadastramento obrigatório, atualizando e confirmando os dados cadastrais.

#### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 13.542/09, altera a denominação da Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e dá nova redação aos artigos 2º e 10 da Lei nº 118/73.
- LEI ESTADUAL nº 14.626/11, institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

- DECRETO ESTADUAL nº 47.397/02, dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
- DECRETO ESTADUAL nº 47.400/02, regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509/97, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
- DECRETO ESTADUAL nº 55.149/09, dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 47.400/02, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509/97, referentes ao licenciamento ambiental, à vista das alterações introduzidas na Lei nº 118/73, pela Lei nº 13.542/09.
- DECRETO ESTADUAL nº 55.660/10, institui o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL), cria o certificado de Licenciamento Integrado.
- DECRETO ESTADUAL nº 59.261/13, institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP.
- DECRETO ESTADUAL nº 60.329/14, dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental.
- 
- RESOLUÇÃO SMA nº 22/09, dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo, sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizado no âmbito do Seaqua e sobre a concessão de Licença de Operação para empreendimentos existentes.
- RESOLUÇÃO SMA nº 94/12, regulamenta os procedimentos relativos ao Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, ao Relatório Anual de Atividades e à Taxa Ambiental Estadual.
- RESOLUÇÃO SMA nº 100/13, regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua).

- RESOLUÇÃO SMA nº 49/14, dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
- DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 1/14, fixa tipologia para o exercício da competência municipal, no âmbito do licenciamento ambiental.
- DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA nº 2/14, define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento por procedimento simplificado.

## **Água**

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 6.134/88, regulamentada pelo Decreto nº 32.955/91, dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo.
- RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SERHS/SS nº 3/06, dispõe sobre procedimentos integrados para controle e vigilância de soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano proveniente de mananciais subterrâneos.

## **Emissões Atmosféricas**

### Federal:

- RESOLUÇÃO CONAMA nº 3/90, dispõe sobre os padrões de qualidade do ar.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 382/06, estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
- Resolução CONAMA nº 436/11, estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007.

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 997/76, dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
- DECRETO ESTADUAL nº 8.468/76, aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
- DECRETO ESTADUAL nº 59.113/13, estabelece novos padrões de qualidade do ar.
- DELIBERAÇÃO CONSEMA nº 12/13, aprova a classificação dos municípios dispostos no decreto nº 59.113.

### **Tratamento de efluentes**

#### Federal:

- RESOLUÇÃO CONAMA nº 357/05, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

#### Estadual:

- DECRETO ESTADUAL nº 8.468/76, aprova o Regulamento da Lei nº 997/76, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente Resolução.
- DECRETO ESTADUAL nº 10.755/77, dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468/76.

### **Ruídos e Vibrações**

#### Federal:

- NORMA ABNT NBR 10.151/00: Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento

#### Estadual:

- DECISÃO de DIRETORIA Cetesb nº 215-07/E, avaliação de incômodo causado por Vibrações geradas em atividades poluidoras.

## **Resíduos Sólidos**

### Federal:

- LEI FEDERAL nº 12.305/10, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei no 9.605/98.
- DECRETO FEDERAL nº 7.404/10, regulamenta a Lei no 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 12.300/06, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
- DECRETO ESTADUAL nº 54.645/09, regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300/06, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.468/76.

## **Áreas Contaminadas**

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 13.577/09, dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.
- DECRETO ESTADUAL nº 59.263/13, regulamenta a Lei nº 13.577/09, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.

## **Vegetação**

### Federal:

- LEI FEDERAL nº 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica), dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

- LEI FEDERAL nº 12.651/12 (Novo Código Florestal), dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938/81, 9.393/96, e 11.428/06; revoga as Leis nº 4.771/65, e nº 7.754/89, e a Medida Provisória nº 2.166-67/01.
- DECRETO FEDERAL nº 7.830/12, dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, sobre o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental.
- DECRETO FEDERAL nº 8.235/14, estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7830/12, institui o Programa Mais Ambiente Brasil.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 1/94, define vegetação primária e os estágios sucessionais de Mata Atlântica no Estado de São Paulo.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA nº 2/14, dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR.

#### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 13.550/09, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado.
- RESOLUÇÃO SMA nº 32/14, estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo.

#### **Fauna**

#### Estadual:

- RESOLUÇÃO SMA nº 73/08, estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica, no Estado de São Paulo.
- RESOLUÇÃO SMA nº 22/10, dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental quando as obras submetidas ao licenciamento exigem supressão relevante de vegetação nativa, especialmente aquelas que promovem interferências no fluxo de fauna silvestre.

## **Unidades de Conservação**

### Federal:

- LEI FEDERAL nº 9.985/00, regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
- RESOLUÇÃO CONAMA nº 428/10, dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985/00, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA.

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 5.598/87, cria a APA da Várzea do Rio Tietê.
- DECRETO ESTADUAL nº 42.837/98, regulamenta a APA da Várzea do Rio Tietê.
- DECRETO ESTADUAL nº 51.453/06, cria o Sistema Estadual de Florestas (Sieflor).
- DECRETO ESTADUAL nº 60.302/14, institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP.
- RESOLUÇÃO SMA nº 85/12, dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização dos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, de que trata o § 3º, do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985/00.
- RESOLUÇÃO SMA nº 32/13, define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua), o procedimento a ser adotado para a aprovação de Plano de Manejo de Unidades de Conservação.
- RESOLUÇÃO SMA nº 33/13, define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua), critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento de zonas de amortecimento, de que tratam os artigos 25 e 2º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 9.985/00.

## **Áreas de Proteção de Mananciais**

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 898/75, alterada pela Lei Estadual nº 3746/83, disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.
- LEI ESTADUAL nº 1.172/76, delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898/75, e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas.
- LEI ESTADUAL nº 9.866/97, dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.
- LEI ESTADUAL nº 12.233/06, regulamentada pelo DECRETO ESTADUAL nº 51.686/07 - Lei Específica da Bacia do Reservatório Guarapiranga.
- LEI ESTADUAL nº 13.579/09, regulamentada pelo DECRETO ESTADUAL nº 5.342/10 - Lei Específica da Bacia do Reservatório Billings.

## **Ordenamento Territorial**

### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 1.817/78, estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo.
- DECRETO ESTADUAL nº 58.996/13, dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista.

## **Mudanças Climáticas**

### Estadual:



- LEI ESTADUAL nº 13.798/09, institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), contendo seus princípios, objetivos e instrumentos de aplicação.
- DECRETO ESTADUAL nº 55.947/10, regulamenta a Lei 13.798/09, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Complementa o artigo 6º incisos II, IV e V e a Seção II -dos Padrões de Emissão- do Capítulo II – dos Padrões- do Título III – da Poluição do Ar- do Decreto 8.468/76.
- DECISÃO de DIRETORIA Cetesb nº 82/14, dispõe sobre a prorrogação de prazo para a entrega do inventário de emissões de gases de efeito estufa no Estado de São Paulo, de que trata a Decisão de Diretoria nº 254/2012/V/I, de 22/08/2012.

### **Fiscalização**

#### Federal:

- LEI FEDERAL nº 9.605/98, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. (Lei de Crimes Ambientais).
- DECRETO FEDERAL nº 6.514/08, dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente; e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

#### Estadual:

- LEI ESTADUAL nº 13.542/09, altera a denominação da Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental e dá nova redação aos artigos 2º e 10 da Lei nº 118/73.
- LEI ESTADUAL nº 997/76, dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
- DECRETO ESTADUAL nº 60.342/14, dispõe sobre o procedimento para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.
- RESOLUÇÃO SMA nº 32/10, trata das infrações administrativas ambientais.

## **Normas para atividades específicas**

### - Atividades agrícolas, pecuárias, criação/manejo de animais silvestres:

- Decreto Estadual nº 60.582/14, dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura.

- Resolução SMA nº 73/08, estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica, no Estado de São Paulo.

- Resolução SMA nº 74/11, dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para as atividades que não se caracterizarem como Projetos Agrícolas.

### - Setor Sucroalcooleiro:

- Resolução SMA nº 88/08, define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

- Resolução SMA nº 121/10, estabelece critérios e procedimentos para licenciamento ambiental prévio de destilarias de etanol e usinas de açúcar.

### - Produção de micronutrientes:

- Decisão de Diretoria Cetesb nº 120-09-C/09, dispõe sobre recomendações para o licenciamento de empresas produtoras de matérias primas para a produção de micronutrientes.

### - Mineração:

- Resolução SMA nº 42/96, disciplina o licenciamento ambiental das atividades minerárias de extração de areia na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

- Resolução SMA nº 69/97, dispõe sobre a extração de areia e argila vermelha na bacia hidrográfica do rio Jaguari Mirim.

- Resolução SMA nº 3/99, dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades minerárias.

- Resolução SMA nº 80/09, define critérios do licenciamento ambiental de utilização de cascalheiras. Aplicável às atividades de extração de cascalho iniciadas anteriormente à data da publicação da Resolução.

- Decisão da Diretoria Cetesb nº 11-10/10, dispõe sobre a aprovação do procedimento para licenciamento de micro empreendimentos minerários.

- Decisão da Diretoria Cetesb nº 25/14, dispõe sobre a disciplina para o licenciamento ambiental das atividades minerárias no território do Estado de São Paulo.

#### - Obras Rodoviárias:

- Resolução SMA nº 81/98, dispõe sobre o licenciamento ambiental de intervenções destinadas à conservação e melhorias de rodovias e sobre o atendimento de emergências decorrentes do transporte de produtos perigosos em rodovias.

- Resolução SMA nº 30/00, dispõe sobre o cadastro e o licenciamento ambiental de intervenções destinadas às áreas de apoio às obras de construção, prolongamento, duplicação ou recuperação de rodovias em locais sem restrição ambiental. Contém definições e estabelece procedimento administrativo.

- Resolução SMA nº 33/02, dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à conservação, manutenção e pavimentação de estradas vicinais que se encontrem em operação.

#### -Sistemas de Transmissão de Energia Elétrica:

- Portaria MMA nº 421/11, dispõe sobre o licenciamento e regularização federal dos sistemas de transmissão.

- Portaria MMA nº 422/11, dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no ambiente marinho em zona de transição.